

Aula 00 - Prof^a Lígia

*SMS-Palmas-TO (Agente Comunitário de
Saúde) Conhecimentos Específicos -
Pós-Edital*

Autor:

**Breno da Silva Caldas Júnior,
Guilherme Gasparini, Lígia
Carvalho Fernandes, Thaysa**

Vianna
22 de Janeiro de 2024

SUMÁRIO

Informações Iniciais.....	2
1. LEGISLAÇÃO BÁSICA DO ACS E ACE.....	3
1.1 - Constituição Federal 1988 - Art. 198.....	3
1.2 - Lei 11.350/2006.....	4
1.3 - PNAB: Funções do ACS e ACE.....	21
Questões comentadas pelo professor.....	26
Gabarito.....	42
Lista de Questões.....	43
Resumo.....	53



INFORMAÇÕES INICIAIS



Além de todo o conteúdo específico que é importante tanto para as provas de Agente Comunitário de Saúde, quanto para as de Agente de Combate às Endemias, temos a legislação que aborda pontos essenciais para tais cargos.

A principal lei do tema é a Lei 11350/2006 e ela teve importantes acréscimos de legislações posteriores, sem que fosse, de fato, revogada. Assim, sua aula estará com todas essas novidades e com destaque aos pontos mais relevantes, além dos comentários em grande parte do conteúdo.

Note que em pequenos trechos coloquei, propositalmente, a cor cinza para descaracterizar a importância do artigo.

Foque no que interessa e seu resultado será incrível!

Qualquer dúvida, basta me chamar!

E-mail: licarfe@gmail.com

Instagram: <https://www.instagram.com/enfermagemesus>

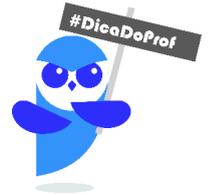
Youtube: <https://www.youtube.com/@enfermagemesus>



1. LEGISLAÇÃO BÁSICA DO ACS E ACE

1.1 - Constituição Federal 1988 - Art. 198

A Lei 11350/2006 Regulamenta o §5º do art. 198 da Constituição Federal (CF), dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.



Você sabe o que consta no Art. 198 da CF 88?

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

[O Art. 198 já anunciava que todos estes itens acerca da função de ACS e ACE precisavam de maior regulamentação]

§ 6º [...] o servidor que exerça funções equivalentes às de a ACS e ACE poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

[Se a função é do próprio ACS e ACE ou de outro profissional com atribuições parecidas, devem ser seguidas os mesmos requisitos de exercício]

§ 7º O vencimento dos ACS e ACE fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

[Regra geral: é a União responsável pelos vencimentos básicos desses cargos. Todos os acréscimos podem vir dos demais entes.]

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos ACS e ACE serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

[A dotação é o planejamento prévio e a reserva desta verba para tal finalidade, o que garante o recebimento]



§ 9º O vencimento dos ACS e ACE não será inferior a 2 salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

[Lembrando que a remuneração final irá variar entre os concursos, visto que este é o mínimo de repasse da União. Adicionalmente, os entes poderão complementar com vantagens, auxílios e etc.]

§ 10. Os ACS e ACE terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

[Mais dois direitos garantidos às categorias: aposentadoria especial e insalubridade]

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos ACS e ACE não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

[Até porque não é a verba do próprio Município ou Estado, mas sim recebido da União]

Agora, é possível entrar na referida Lei, de fato, com mais propriedade!

1.2 - Lei 11.350/2006

Esta lei nasceu sendo a Lei 10.507/2002 e foi revogada pela Lei 11.350/2006, ou seja, a que estamos vendo nessa aula.

Esta, por sua vez, ainda está vigente, mas já sofreu alterações, tais como:



RESUMINDO

- **Lei nº14.536/2023:** passa a considerar os ACS e ACE como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica;
- **Lei nº13.595/2018:** dispõe sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais ACS e ACE.;
- **Lei nº13.342/2016:** dispõe sobre a formação profissional e sobre benefícios trabalhistas e previdenciários dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.
- **Lei nº12.995/2014:** institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos ACS e ACE;
- **Outras!**

Fique tranquilo(a) que está tudo atualizado, por aqui!

Vamos iniciar os artigos:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e de Agente de Combate às Endemias (ACE), passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.



Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á **EXCLUSIVAMENTE** no âmbito do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes (ACS e ACE) e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

[Assim, não vamos encontrar os cargos de ACS e ACE em instituições privadas]

§ 1º É essencial e obrigatória a presença de:

ACS: Estratégia Saúde da Família	ACE: vigilância epidemiológica e ambiental.
----------------------------------	---



Prefeitura de Major Vieira - SC / Prefeitura de Major Vieira - SC / 2023 - A Lei que criou a profissão de Agente Comunitário de Saúde e que definiu seu exercício da função como exclusivo ao âmbito do Sistema Único de Saúde, foi a 10.507, de 10 de julho de 2002, e com a finalidade de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas foi criada a lei:

- A Lei nº 14.536/2023
- B Lei nº 8.080/1990
- C Lei nº 1.886/1997
- D Lei nº 10.216/2001

Comentários

O enunciado menciona uma das alterações da Lei 10.507/2002. Na verdade, esta foi totalmente revogada pela Lei 11.350/2006 e, posteriormente, por outras normativas. Acerca do assunto da inclusão dos ACS e ACE como profissionais de saúde, temos o texto contido na Lei nº 14.536/2023.

Alternativa: A

Em outro capítulo, veremos algumas características das equipes descritas na PNAB que incluem o ACS e ACE para melhor entendimento.

§ 2º Incumbe aos ACS e ACE desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas nesta Lei.



Art. 2º-A. Os ACS e ACE são considerados PROFISSIONAIS DE SAÚDE, com profissões regulamentadas.



Máxima / Prefeitura de Córrego Novo - MG / 2022 - Com base na Lei 11.350/2006, sobre a Regulamentação da profissão de Agente de combate a endemias, é **INCORRETO** afirmar que:

- A é essencial e obrigatória a presença de Agentes de Combate às Endemias na Estratégia Saúde da Família.
- B o Agente de Combate às Endemias deverá ter concluído o ensino médio.
- C a contratação de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos.
- D é vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos, na forma da lei aplicável.

Comentários

Dentro do Art. 1º da Lei 11.350/06, temos: § 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Já com relação à Estratégia Saúde da Família, esta deverá ser minimamente composta por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e ACS.

Podendo fazer parte da equipe o ACE e os profissionais de saúde bucal [...]

Os demais itens da questão, veremos ao longo da aula. Vamos seguir!

Alternativa: A.

[Dentre as diversas questões que teremos ao longo e ao final da aula, saiba que a comparação das atribuições do ACS e ACE predomina dentre todas.]

ATIVIDADES DO ACS

Art. 3º O ACS tem como ATRIBUIÇÃO o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas *em conformidade com as*



diretrizes do SUS, que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de:



AMPLIAR O ACESSO da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

[Observe a ênfase dada ao contexto em que o indivíduo está inserido, bem como a qualidade das atividades a serem realizadas coerentes com as características da Atenção Primária.]

§ 1º Para fins desta Lei, entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando:

o autocuidado	a prevenção de doenças	a promoção da saúde individual e coletiva
---------------	------------------------	---

[...] a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.

Nos próximos parágrafos, para você organizar melhor seu raciocínio, veremos algumas categorias de atividades do ACS, a saber:

Atividade precípua	Atividades típicas	Atividades supervisionadas	Atividades compartilhadas
--------------------	--------------------	----------------------------	---------------------------

§ 2º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada ATIVIDADE PRECÍPUA [essencial / principal] do ACS, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras:

- casa a casa
- para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e
- consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

§ 3º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas ATIVIDADES TÍPICAS DO ACS, em sua área geográfica de atuação:



I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural; [colabora no diagnóstico situacional]



II - o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; *[uso dos sistemas de informação em saúde]*

III - a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional; *[lembre-se que isso é princípio do SUS]*

IV - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para **ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO** para: gestante, lactante, criança, adolescente, idoso, pessoa com sofrimento psíquico, pessoa com dependência química, pessoas com sinais de alteração na cavidade bucal, grupos de homossexuais e transexuais, da mulher e do homem.

[Note que a atividade de visita aparece como atividade precípua, quanto típicas, mas, ainda sobre as visitas, precisamos detalhar mais]

<i>a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;</i>	<i>b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;</i>	<i>c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;</i>
<i>d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);</i>	<i>e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;</i>	<i>f) da pessoa em sofrimento psíquico;</i>
<i>g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;</i>	<i>h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;</i>	<i>i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;</i>
<i>j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;</i>		

V - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para **IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**:

<i>a) de situações de risco à família;</i>	<i>b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da</i>	<i>c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em</i>
--	---	---



	<i>saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;</i>	<i>consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;</i>
--	---	--

VI - o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras).



§ 4º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o ACS tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são ATIVIDADES DO AGENTE, em sua área geográfica de atuação, ASSISTIDAS POR profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

[atente-se que para a execução de tais tarefas existem as condicionalidades acima]

I - a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

II - a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

III - a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V - a verificação antropométrica.

[Grave as atividades: pressão arterial, glicemia, temperatura, orientação e apoio, verificação antropométrica; e as condicionalidades]



COTEC / Prefeitura de Montes Claros - MG / 2022 - De acordo com o Art. 3º da Lei n.º 11.350/2006, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do



Sistema Único de Saúde (SUS) e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.
Fonte: BRASIL. Lei n.º 11.350, de 5 de outubro de 2006. Adaptado.

Marque a alternativa que apresenta uma atribuição específica do ACS:

- A Realizar a promoção de ações de educação para a saúde, prioritariamente, de forma individual durante as visitas domiciliares em suas microáreas.
- B Realizar visitas domiciliares diariamente para o monitoramento de situações de risco à família.
- C Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural na comunidade ou na microárea de sua responsabilidade.
- D Cadastrar, em média, 50% das pessoas e manter, pelo menos, metade dos cadastros da microárea atualizados.
- E Registrar, para fins de planejamento das ações de saúde, os nascimentos e as doenças da microárea, exceto os óbitos, que são de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica do município.

Comentários

A Errada. A visita domiciliar é uma das principais atividades do ACS, no entanto, o trecho “de forma individual” acerca das atividades de Educação em Saúde realizado durante tal ação, torna-a incorreta.

B Errada. A frequência das visitas dependerá da programação do ACS junto à equipe e não está descrita na Lei.

C Certa. Literalmente o que está descrito no Art. 3º § 3º: “No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;”

D Errada. Reitero que a Lei não trata acerca de dados de produtividade.

E Errada. Não há tal exceção. O preenchimento de dados dos Sistemas de Informações fará parte das suas atividades, normalmente, junto aos demais profissionais.

Alternativa: C.



§ 5º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas ATIVIDADES DO ACS COMPARTILHADAS *com os demais membros* da equipe, em sua área geográfica de atuação:



I - a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico; *[o termo "participação" é porque os demais profissionais o fazem, conjuntamente]*

II - a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde; *[aqui estão incluídas as ações de educação em saúde]*

IV - a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

V - a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde; *[novamente, educação em saúde]*

VI - o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde; *[claro que não seria uma atividade a se realizar sozinho(a)]*

VII - o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde. *[o mesmo teor é trazido como atividade típica do ACS].*



FADESP / Prefeitura de Cametá - PA / 2023 - De acordo com a Lei nº 11.350, de 2006, de acordo com o modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados. É/São sua(s) atribuição/atribuições, em sua área geográfica de atuação, a ser(em) assistida(s) por profissional de saúde de nível superior que seja membro da equipe, a

A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural de todas as famílias de sua área de abrangência.

B orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade.



C mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas e privadas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional.

D realização de visitas domiciliares semanais a todos os usuários de sua microárea e quando forem necessárias para acolhimento e acompanhamento do diagnóstico.

Comentários

São 5 as atividades dessa categoria:

I - a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

II - a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

III - a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V - a verificação antropométrica.

Alternativa: B.

ATIVIDADES DO ACE

Art. 4º O **ACE** tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Como o ACE tem ligação direta com as ações de Vigilância Epidemiológica, reveja o conceito que consta na Lei 8080/90:

Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.



§ 1º São consideradas ATIVIDADES TÍPICAS do **ACE**, em sua área geográfica de atuação:



- I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;
- II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o ACS e a equipe de atenção básica; *[caráter multidisciplinar]*
- III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;
- IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; *[novamente: educação em saúde e foco em aspectos da vigilância epidemiológica]*
- V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica *[insetos e relação com o homem]*, malacológica *[moluscos]* e coleta de reservatórios de doenças;
- VI - cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; *[tanto ACS, quanto ACE fazem cadastramento]*
- VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; *[o termo "ambiental" vai aparecer nas atribuições do ACE, mas não do ACE]*
- VIII - execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; *[sistemas de informação]*
- X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;
- XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. *[afinal, o comportamento humano influencia muito nos aspectos preventivos]*
- § 2º É considerada atividade dos ACE assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:
- I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;



II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

Em sua área geográfica de atuação, o ACS tem como atividades típicas, entre outras, as visitas domiciliares para acolhimento e acompanhamento de indivíduo com sofrimento psíquico e de indivíduo com dependência química de álcool.



CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2002 - Com base na legislação federal que regulamenta o exercício profissional dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), julgue o próximo item.

Em sua área geográfica de atuação, o ACS tem como atividades típicas, entre outras, as visitas domiciliares para acolhimento e acompanhamento de indivíduo com sofrimento psíquico e de indivíduo com dependência química de álcool.

Comentários

Dentre as atividades do ACS está a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para **ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO** para: gestante, lactante, criança, adolescente, idoso, pessoa com sofrimento psíquico, pessoa com dependência química, pessoas com sinais de alteração na cavidade bucal, grupos de homossexuais e transexuais, da mulher e do homem.

Alternativa: Certa.



Para te ajudar a diferenciar atividades do ACE, em comparação com ACS, note que as do ACE abordam-se muito sobre zoonoses, controle de animais, vetores, manejo ambiental, investigação laboratorial do mesmo teor.

§ 3º O ACE poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

ATIVIDADES EM COMUM DO ACS + ACE

Art. 4º- A. O ACS e ACE realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações: *[note que o limite geográfico é sempre abordado para ambos os cargos, bem como o incentivo do uso da Educação Popular em Saúde]*



I - na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - (VETADO);

IV - na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica; *[para ambos os cargos, a Unidade de Saúde é sempre referência]*

V - na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

O próximo parágrafo enfatiza o uso do EPI.

Art. 4º-B. Deverão ser observadas as ações de segurança e de saúde do trabalhador, notadamente o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e a realização dos exames de saúde ocupacional, na execução das atividades dos ACS e ACE. *[Ex. de EPIs: luva, avental, máscara e etc]*

Art. 5º O **Ministério da Saúde** regulamentará as atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e de promoção da saúde a que se referem os artigos anteriores [...] e estabelecerá os parâmetros dos cursos observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. *[Fácil de confundir com qualquer outro órgão que a banca venha trocar]*



§ 1º Os cursos a que se refere o caput deste artigo utilizarão os referenciais da Educação Popular em Saúde e serão oferecidos ao ACS e ACE, nas modalidades *presencial ou semipresencial durante* a jornada de trabalho. *[note que é durante a jornada e não em horário extraordinário]*

§ 2º A cada 2 anos, os ACS e ACE frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

§ 2º- A Os cursos de que trata o § 2º deste artigo serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 3º Cursos técnicos de ACS e ACE poderão ser ministrados nas *modalidades presencial e semipresencial* e seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Então, tanto os cursos de aperfeiçoamento, quanto o de formação podem ser nas modalidades presencial e semipresencial.



CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2022 - Com base na legislação federal que regulamenta o exercício profissional dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), julgue o próximo item.

As atividades típicas do ACE, em sua área geográfica de atuação, incluem o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de doenças, mas não a realização de ações educativas nem a divulgação de informações acerca de doenças.

Comentários

Lei 11.350/2006 - Art. 4§

1º São consideradas atividades típicas do ACE, em sua área geográfica de atuação:

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o ACS e a equipe de atenção básica; etc.

Alternativa: Certa.

REQUISITOS PARA O ACS ATUAR

Art. 6º O ACS deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:





I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; *[o que limita sua chance de prestar o concurso, portanto, aproveite!]*

II - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas; *[assim, haverá um preparo acerca da rotina, antes do início]*

III - ter concluído o ensino médio.

§ 1º Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso III do caput deste artigo, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos. *[Ou seja, é necessário ter o ensino médio e ponto final. A exceção é quando não se tem candidatos para tal e, ainda assim, existe o prazo de 3 anos para esta regularização]*

§ 2º É vedada a atuação do ACS fora da área geográfica a que se refere o inciso I do caput deste artigo.

§ 3º Ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do ACS compete a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do caput deste artigo, devendo: *[ou seja, é uma determinação do ente em que o ACS precisa obedecer para exercer sua função]*

<i>I - observar os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;</i>	<i>II - considerar a geografia e a demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;</i>	<i>III - flexibilizar o número de famílias e de indivíduos a serem acompanhados, de acordo com as condições de acessibilidade local e de vulnerabilidade da comunidade assistida.</i>
---	---	---

§ 4º A área geográfica a que se refere o inciso I do caput deste artigo será alterada quando houver risco à integridade física do ACS ou de membro de sua família decorrente de ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua. *[Então, atuar no limite do território é a premissa, no entanto, em caso que em o ambiente passa a ser um risco ao profissional, ele será alterado]*

§ 5º Caso o ACS adquira casa própria fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionado o disposto no inciso I do caput deste artigo e mantida sua vinculação à mesma equipe de saúde da família em que esteja atuando, podendo ser remanejado, na forma de regulamento, para equipe atuante na área onde está localizada a casa adquirida. *[então, o ACS não muda de equipe IMEDIATAMENTE, mas ele PODE ser remanejado]*

REQUISITOS PARA O ACE ATUAR

Art. 7º O **ACE** deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:



I - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas; *[mesma carga horária do ACS]*

II - ter concluído o ensino médio.

Parágrafo único. (Revogado).

§ 1º Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso II do caput deste artigo, *poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental*, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos. *[mesma condição do ACS]*

§ 2º Ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do ACE compete a definição do número de imóveis a serem fiscalizados pelo Agente, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e os seguintes: *[semelhante à ideia da territorialização, mas em números]*

I - condições adequadas de trabalho;

II - geografia e demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;

III - flexibilização do número de imóveis, de acordo com as condições de acessibilidade local.



CONSULPAM / Prefeitura de Irauçuba - CE / 2022 - Segundo a lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006, e suas atualizações, para o desenvolvimento de suas atividades, o Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos:

A Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas e ter concluído o ensino fundamental.

B Ter concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada e ter concluído o ensino médio.

C Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas e ter concluído o ensino médio.

D Ter concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada e ter concluído o ensino fundamental.

Comentários



É simples: basicamente, o ACE precisa de ter concluído o curso de formação de 40h e ter o ensino médio.

Alternativa: C.

Art. 8º Os ACS e ACE admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - [FUNASA](#), na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela [Consolidação das Leis do Trabalho - CLT](#), salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Como eles serão contratados?

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO	DE PROVAS OU
	PROVAS E TÍTULOS



[...] de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006*, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no caput.

**Veja o que constava no Artigo mencionado:*

Art 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

§ 2º O tempo prestado pelos ACS e ACE enquadrados na condição prevista no § 1º deste artigo, independentemente da forma de seu vínculo e desde que tenha sido efetuado o devido



recolhimento da contribuição previdenciária, será considerado para fins de concessão de benefícios e contagem recíproca pelos regimes previdenciários.

Art. 9º-A. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 horas semanais.

§ 1º O piso salarial profissional nacional dos ACS e ACE é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

I - R\$ 1.250,00 em 1º de janeiro de 2019;

II - R\$ 1.400,00 em 1º de janeiro de 2020;

III - R\$ 1.550,00 em 1º de janeiro de 2021. *[já passou!]*

§ 2º A jornada de trabalho de 40 horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos ACS e ACE participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe.

I - (revogado);

II - (revogado);



§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base: *[A NR 15 trata de tais limites e caracteriza os limites da insalubridade]*

I - nos termos do disposto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a esse regime;

II - nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.

§ 4º As condições climáticas da área geográfica de atuação serão consideradas na definição do horário para cumprimento da jornada de trabalho. *[pois terão dias específicos em que ou o horário poderá ser alterado, ou ainda, a atividade deverá ser alternada]*

§ 5º O piso salarial de que trata o § 1º deste artigo será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022.

Art. 9º-B. (VETADO).



Art. 9º-C. Nos termos do § 5º do art. 198 da Constituição Federal, compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do piso salarial de que trata o art. 9º-A desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, é o Poder Executivo federal autorizado a fixar em decreto os parâmetros referentes à quantidade máxima de agentes passível de contratação, em função da população e das peculiaridades locais, com o auxílio da assistência financeira complementar da União. *[Note que a quantidade tem seu limite, conforme descrito na PNAB, no entanto, os parâmetros variáveis é que refinam o total]*

§ 2º A quantidade máxima de que trata o § 1º deste artigo considerará tão somente os agentes efetivamente registrados no mês anterior à respectiva competência financeira que se encontrem no estrito desempenho de suas atribuições e submetidos à jornada de trabalho fixada para a concessão do piso salarial. *[Não costuma cair em prova!]*

§ 3º O valor da assistência financeira complementar da União é fixado em 95% (noventa e cinco por cento) do piso salarial de que trata o art. 9º-A desta Lei. *[o restante deveria ser contemplado pelos entes]*

§ 4º A assistência financeira complementar de que trata o caput deste artigo será devida em 12 (doze) parcelas consecutivas em cada exercício e 1 (uma) parcela adicional no último trimestre. *[Não costuma cair em prova!]*

§ 5º Até a edição do decreto de que trata o § 1º deste artigo, aplicar-se-ão as normas vigentes para os repasses de incentivos financeiros pelo Ministério da Saúde. *[Não costuma cair em prova!]*

§ 6º Para efeito da prestação de assistência financeira complementar de que trata este artigo, a União exigirá dos gestores locais do SUS a comprovação do vínculo direto dos ACS e ACE com o respectivo ente federativo, regularmente formalizado, conforme o regime jurídico que vier a ser adotado na forma do art. 8º desta Lei.

Art. 9º-D. É criado incentivo financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação de ACS e ACE.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, é o Poder Executivo federal autorizado a fixar em decreto: *[cuidado para não cair na pegadinha da mudança do poder, como legislativo, por exemplo,]*

I - parâmetros para concessão do incentivo; e

II - valor mensal do incentivo por ente federativo.

§ 2º Os parâmetros para concessão do incentivo considerarão, sempre que possível, as peculiaridades do Município.



§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Art. 9º-E. Atendidas as disposições desta Lei e as respectivas normas regulamentadoras, os recursos de que tratam os arts. 9º-C e 9º-D serão repassados pelo **Fundo Nacional de Saúde (FNS)** aos fundos de saúde dos Municípios, Estados e Distrito Federal como transferências correntes, regulares, automáticas e obrigatórias, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. *[os repasses financeiros no SUS serão sempre dessa forma: "Fundo a Fundo", então, grave este termo!]*



Art. 9º-F. Para fins de apuração dos limites com pessoal de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a assistência financeira complementar obrigatória prestada pela União e a parcela repassada como incentivo financeiro que venha a ser utilizada no pagamento de pessoal serão computadas como gasto de pessoal do ente federativo beneficiado pelas transferências.

Atenção, pois é computada ao ente que RECEBE. Ao ente que paga, não! Lembre o que vimos no primeiro trecho da aula, lá no Art. 198 da CF:

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos ACS e ACE não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Art. 9º-G. Os **PLANOS DE CARREIRA** dos ACS e ACE deverão obedecer às seguintes **DIRETRIZES**:

I - remuneração paritária (*equivalente*) dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

II - definição de metas dos serviços e das equipes;

III - estabelecimento de critérios de progressão e promoção;

IV - adoção de modelos e instrumentos de avaliação que atendam à natureza das atividades, assegurados os seguintes **PRINCÍPIOS**:

a) transparência do processo de avaliação, assegurando-se ao avaliado o conhecimento sobre todas as etapas do processo e sobre o seu resultado final;	b) periodicidade da avaliação;
---	--------------------------------



c) contribuição do servidor para a consecução dos objetivos do serviço;	d) adequação aos conteúdos ocupacionais e às condições reais de trabalho, de forma que eventuais condições precárias ou adversas de trabalho não prejudiquem a avaliação;
e) direito de recurso às instâncias hierárquicas superiores.	

Art. 14. O gestor LOCAL do SUS responsável pela admissão dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as determinações desta Lei e as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados cinco mil, trezentos e sessenta e cinco empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até trinta dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no caput a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no caput na tabela salarial constante do Anexo desta Lei. [em cinza, pode "relaxar"]

Art. 16. É vedada a contratação temporária ou terceirizada de ACS e ACE, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos, na forma da lei aplicável.



Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação desta Lei, exerçam atividades próprias de ACS e ACE, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público, e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º, poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei. [condições de regularização dos requisitos do cargo]

Art. 18. Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 15 e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 21. Fica revogada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002. [em cinza, pode deixar passar]



REIS & REIS / Prefeitura de Potim - SP / 2022 - De acordo com a Lei nº 11.350/2006, os planos de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias deverão obedecer às seguintes diretrizes, dentre elas, a adoção de modelos e instrumentos de avaliação que atendam à natureza das atividades, assegurados os seguintes princípios:

I – transparência do processo de avaliação, assegurando-se ao avaliado o conhecimento sobre todas as etapas do processo e sobre o seu resultado final;

II – periodicidade da avaliação;

III – adequação aos conteúdos ocupacionais e às condições reais de trabalho, de forma que eventuais condições precárias ou adversas de trabalho prejudiquem a avaliação;

IV – contribuição do servidor para a consecução dos objetivos do serviço;

Marque a alternativa correta:

A Apenas as afirmativas, II, III e IV estão corretas.

B Apenas as afirmativas, I, II e IV estão corretas.

C Apenas as afirmativas, I, II e III estão corretas.

D Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

Artigo 9-G, item IV, trata do tema e a *única correção* a ser feita é sobre o item III: Adequação aos conteúdos ocupacionais e às condições reais de trabalho, de forma que eventuais condições precárias ou adversas de trabalho (**NÃO**) prejudiquem a avaliação;

Alternativa: B



1.3 - PNAB: Funções do ACS e ACE



Segundo a Política Nacional de Atenção Básica [*que merece uma aula própria, se for o caso*], temos a descrição de atribuições dos cargos de ACS e ACE, que não será nenhum tipo de novidade, mas optei por separar da Lei anterior e te mencionar a fonte, para que não erre nenhuma questão em prova.

Assim, além das atribuições comuns a todos os profissionais da equipe de AB, são atribuições dos ACS e ACE:

a) Atribuições comuns do ACS e ACE

I.- Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe;

II.- Desenvolver *atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos*, em especial aqueles mais prevalentes no território, *e de vigilância em saúde*, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário;

III.- Realizar *visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população*, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares;

IV.- *Identificar e registrar situações* que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos;

V.- *Orientar a comunidade* sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;

VI.- *Identificar casos suspeitos de doenças e agravos*, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território;

VII.- *Informar e mobilizar a comunidade* para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;

VIII.- Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e *orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis*;



- IX.- *Estimular a participação da comunidade* nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- X.- *Identificar parceiros e recursos na comunidade* que possam potencializar ações intersetoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros; e
- XI.- *Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas* por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

Agora, vejamos as atribuições ESPECÍFICAS, separadamente:

ATRIBUIÇÕES DO ACS*	ATRIBUIÇÕES DO ACE
<p>I- Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;</p> <p>II - Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;</p> <p>III - Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético;</p> <p>IV - Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;</p>	<p>I - Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de fontes e reservatórios de doenças;</p> <p>II.- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças, incluindo, dentre outros, o recenseamento de animais e levantamento de índice amostral tecnicamente indicado;</p> <p>III. Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;</p> <p>IV.- Realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território; e</p> <p>V.- Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; e</p> <p>VI.- Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.</p>



V - Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados;

VI - Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito à agendamentos ou desistências de consultas e exames solicitados;

VII - Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.



** Poderão ser consideradas, ainda, atividades do **Agente Comunitário de Saúde**, a serem realizadas em caráter excepcional, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe, após treinamento específico e fornecimento de equipamentos adequados, em sua base geográfica de atuação, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência.*

[isso já tínhamos visto, na íntegra, mas cabe olhar o texto na PNAB, também porque a cobrança é sempre literal]

I - aferir a pressão arterial, inclusive no domicílio, com o objetivo de promover saúde e prevenir doenças e agravos;

II - realizar a medição da glicemia capilar, inclusive no domicílio, para o acompanhamento dos casos diagnosticados de diabetes mellitus e segundo projeto terapêutico prescrito pelas equipes que atuam na Atenção Básica;

III- aferição da temperatura axilar, durante a visita domiciliar;

IV - realizar técnicas limpas de curativo, que são realizadas com material limpo, água corrente ou soro fisiológico e cobertura estéril, com uso de coberturas passivas, que somente cobrem a ferida; e

V - orientação e apoio, em domicílio, para a correta administração da medicação do paciente em situação de vulnerabilidade.

Importante ressaltar que os ACS só realizarão a execução dos procedimentos que requeiram capacidade técnica específica se detiverem a respectiva formação, respeitada autorização legal.

Dentre as **EQUIPE DE SAÚDE** descritas na PNAB, grave:



1- EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (eSF):

É a ESTRATÉGIA PRIORITÁRIA de atenção à saúde e visa à reorganização da Atenção Básica no País, de acordo com os preceitos do SUS.

Composta no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem ACS, PODENDO fazer parte da equipe o ACE e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

E como se define o número de ACS dentro da equipe?

O número de ACS por equipe deverá ser definido de acordo com:

- base populacional,
- critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local.

Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 750 pessoas por ACS.

Para equipe de Saúde da Família, há a obrigatoriedade de carga horária de 40 horas semanais para todos os profissionais de saúde membros da ESF. Dessa forma, os profissionais da ESF poderão estar vinculados a apenas 1) equipe de Saúde da Família, no SCNES vigente.

2- ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (EACS):

É prevista a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde nas UBS como uma possibilidade para a reorganização inicial da Atenção Básica com vistas à implantação gradual da Estratégia de Saúde da Família ou como uma forma de agregar os agentes comunitários a outras maneiras de organização da Atenção Básica.

São **ITENS NECESSÁRIOS** à implantação desta estratégia:

- a existência de uma Unidade Básica de Saúde, inscrita no SCNES vigente que passa a ser a UBS de referência para a equipe de agentes comunitários de saúde;
- o número de ACS e ACE por equipe deverá ser definido de acordo com base populacional (critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos), conforme legislação vigente.
- o cumprimento da carga horária integral de 40 horas semanais por toda a equipe de agentes comunitários, por cada membro da equipe; composta por ACS e enfermeiro supervisor;
- o enfermeiro supervisor e os ACS devem estar cadastrados no SCNES vigente, vinculados à equipe;
- cada ACS deve realizar as ações previstas nas regulamentações vigentes e nesta portaria e ter uma microárea sob sua responsabilidade, cuja população não ultrapasse 750 pessoas;



- a atividade do ACS deve se dar pela lógica do planejamento do processo de trabalho a partir das necessidades do território, com priorização para população com maior grau de vulnerabilidade e de risco epidemiológico;
- a atuação em ações básicas de saúde deve visar à integralidade do cuidado no território; e
- cadastrar, preencher e informar os dados através do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica vigente.



SES-DF /IADES / 2020 - A PNAB recomenda a cobertura de 100% da população, com número máximo de 750 pessoas por agentes comunitários de saúde (ACS), em áreas de grande dispersão territorial, que são áreas caracterizadas como de risco e de vulnerabilidade social.

Comentários

Exatamente como descrito na PNAB. Esse é o teto para o desenvolvimento do trabalho do ACS, com qualidade.

Alternativa: Certa.

Atenção!

Existem **ESPECIFICIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**, tais como:

Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR): São equipes que desempenham parte significativa de suas funções em UBS construídas e/ou localizadas nas comunidades pertencentes à área adstrita e cujo acesso se dá por meio fluvial e que, pela grande dispersão territorial, necessitam de embarcações para atender as comunidades dispersas no território.



EQUIPE MÍNIMA:

- 1 médico, preferencialmente da especialidade de Família e Comunidade,
- 1 enfermeiro, preferencialmente especialista em Saúde da Família e
- 1 auxiliar ou técnico de enfermagem,
- podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional, o ACS e ACE e os profissionais de saúde bucal.

Nas hipóteses de grande dispersão populacional, as ESFR podem contar, ainda, com até 24 Agentes Comunitários de Saúde, dentre outros profissionais.

Equipes de Saúde da Família Fluviais (eSFF): São equipes que desempenham suas funções em Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), responsáveis por comunidades dispersas, ribeirinhas e pertencentes à área adstrita, cujo acesso se dá por meio fluvial.

EQUIPE MÍNIMA:



- 1 médico, preferencialmente da especialidade de Família e Comunidade,
- 1 enfermeiro, preferencialmente especialista em Saúde da Família e
- 1 auxiliar ou técnico de enfermagem,
- podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional, o ACS e ACE e os profissionais de saúde bucal.



AMEOSC / Prefeitura de São José do Cedro - SC / 2023 - É fundamento e diretriz da PNAB vincular os usuários/famílias aos profissionais/equipe que os atendem, desenvolvendo relações de vínculo e de responsabilização entre as equipes e a população atendida em uma área específica. Dentro das diretrizes da PNAB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) estabelece que a principal atividade destes profissionais consiste em realizar visitas domiciliares. Neste contexto, é considerada uma atribuição do ACS, **EXCETO**:

- A Desenvolver atividades de promoção da saúde.
- B Desenvolver atividades de prevenção das doenças e agravos.
- C Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis.
- D Assistir ao Enfermeiro nas atividades de assistência de Enfermagem.

Comentários

O único erro é a última, visto que quem assiste ao Enfermeiro é algum integrante da equipe de enfermagem, como o técnico de enfermagem, por exemplo.

Alternativa: D.

QUESTÕES COMENTADAS PELO PROFESSOR

1. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - Sobre a Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA.

A Não compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do Agente de Combate às Endemias a definição do número de imóveis a serem fiscalizados pelo Agente.



B Os Agentes de Combate às Endemias deverão frequentar cursos de aperfeiçoamento a cada 2 (dois) anos.

C Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias não são considerados profissionais de saúde.

D Não é necessário que o Agente de Combate às Endemias tenha concluído do ensino fundamental para o exercício da atividade.

Comentários

Tudo foi na literalidade da Lei:

A Errada. Tire o “não” para que fique adequada! Ao ente federativo responsável pela execução dos programas [...].

B Certa. Art. 5, § 2º.

C Errada. A Lei nº14.536/2023 que alterou a Lei nº 11.350/2006, passa a considerar os ACS e ACE como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

D Errada. O ACE precisa de ter concluído o curso de formação de 40h e ter o ensino médio.

Alternativa: B.

2. AMEOSC /Prefeitura de São João do Oeste - SC / 2023 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

A Agentes de Combate às Endemias não podem ser considerados profissionais de saúde.

B Não é obrigatória a presença de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

C O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças, mas nunca o de promoção da saúde.

D A realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças é considerada uma atividade típica do Agente de Combate às Endemias.

Comentários

A Errada. A Lei nº14.536/2023 que alterou a Lei nº 11.350/2006, passa a considerar os ACS e ACE como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.



B Errada. Art. 2: § 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

C Errada. Todas as atividades da alternativa são atreladas e realizadas conjuntamente e é papel do ACE

D Certa. Cópia literal do Art. 4 § 1º, item V.

Alternativa: D.

3. FUNDATEC / Prefeitura de Nova Santa Rita - RS / 2023 - Em 2018, a Lei Federal nº 13.595/2018 definiu algumas ações a serem desenvolvidas de forma integrada entre os Agentes de Combate às Endemias (ACE) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() ACE e ACS devem orientar a comunidade na adoção de medidas de manejo ambiental no sentido de prevenir doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos.

() ACE e ACS devem fazer buscas ativas às gestantes faltantes em consultas de pré-natal.

() ACE e ACS devem participar de campanhas ou mutirões de combate às doenças infecciosas.

() ACE e ACS devem identificar e comunicar à unidade de saúde de referência, situações que interfiram no curso de doenças ou que tenham importância epidemiológica, e que se relacionam com fatores ambientais.

() ACE e ACS não devem atuar como agentes de mobilização social por meio da educação popular.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A V – V – V – F – V.

B F – V – F – V – V.

C V – F – V – V – F.

D F – F – F – F – F.

E V – V – F – V – F.

Comentários

A questão diz respeito ao Art. 4º-A. O ACS e ACE realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, (*quinto item incorreto*) dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:



I - na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental (primeiro item correto) para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - (VETADO);

IV - na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica; (quarto item correto)

V - na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos. (terceiro item correto)

Acerca da gestante, o trecho que menciona o assunto está no Art. 3 §3 e é atribuição do ACS - IV - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO para: gestante, lactante, criança, adolescente, [etc]. Logo, o *segundo item está incorreto*.

Alternativa: C.

4. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - De acordo com Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa que apresenta uma atribuição do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação.

A A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade.

B A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento de situações de risco à família.

C A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência.

D Cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças.

Comentários

A Errada. É atribuição do ACS - Art. 3º § 4º.

B Errada. É atribuição do ACS - Art. 3º § 3º.



C Errada. É atribuição do ACS - Art. 3º § 4º.

D Certa. Aqui, sim! É atribuição do ACE - Art. 4º § 1º.

Alternativa: D.

5. AMEOSC / Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC / 2023 - No que se refere a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, previsto na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, assinale a alternativa CORRETA.

A Deverá ser precedida de processo seletivo público, seja por meio de provas ou provas e títulos, deve ser realizado levando em consideração a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

B Deverá ser precedida através de indicações levando em consideração a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

C Deverá ser precedida de processo seletivo público em conformidade com os princípios de legalidade, pessoalidade, imoralidade, publicidade e eficiência.

D Deverá ser precedida de processo seletivo privado, por meio de indicação, deve ser realizado levando em consideração apenas os requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

Comentários

Aqui é bem direto!

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Alternativa: A.

6. FADESP / Prefeitura de Cametá - PA / 2023 - A lei que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde é a:

A 13.595, de 5 de janeiro de 2018.

B 14.536, de 20 de janeiro de 2023.

C 8.474, de 22 de junho de 2015.

D 3.241, de 7 de dezembro de 2020.



Comentários

É a Lei 13595/2018 que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Alternativa: A.

7. MARANATHA Assessoria / Prefeitura de Farol - PR / 2023 - Qual as atribuições específicas dos agentes combate a endemias de acordo com o Art. 3º da Lei Federal nº 13.595 de 5 de janeiro de 2018?

- A Cadastramento demográfico, orientações a comunidade.
- B Mapeamento demográfico, orientação a comunidade.
- C Visitas domiciliares a família, com cadastro no PEC.
- D Desenvolver ações educativas, realizar ações de prevenção, cadastrar e atualizar e atualizar base de imóveis entre outros.

Comentários

A, B e C Erradas. Tanto ACS, quanto ACE fazem essas funções. Só para esclarecer, PEC é Prontuário Eletrônico do Cidadão.

D Certa. É atribuição do ACE - Art. 4º § 1º.

Alternativa: D.

8. CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2022 - Com base na legislação federal que regulamenta o exercício profissional dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), julgue o próximo item.

Embora desejável, é facultativa a presença de ACE na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Comentários

Segundo o § 1º, Art.2: É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Alternativa: Errada.



9. CONSULPAM / Prefeitura de Irauçuba - CE / 2022 - Sobre o exercício das atividades do Agente de Combate às Endemias, nos termos da lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006, e suas atualizações, é CORRETO afirmar:

A Incumbe aos Agentes de Combate às Endemias desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas na lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006.

B As atividades dos Agentes de Combate às Endemias se darão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e em instituições privadas.

C Os Agentes de Combate às Endemias realizam suas atividades mediante vínculo indireto com o órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

D É essencial e obrigatória a presença de Agentes de Combate às Endemias na estrutura da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Comentários

A Certa. Conforme o Art. 2º § 2º.

B e C Erradas. Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

D Errada. Conforme Art. 2º § 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Lembre-se que a equipe de saúde da família deve ser composta, no mínimo, por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

Alternativa: A.

10. CONSULPAM / Prefeitura de Irauçuba - CE / 2022 - Segundo a lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006, e suas atualizações, o Agente de Combate às Endemias tem como atribuições:

A O exercício de atividades de vigilância, tratamento e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da agência nacional de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.



B O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do sistema único de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

C O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do sistema único de saúde e sob supervisão do gestor da união.

D O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da agência nacional de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Comentários

É o questionamento do Art. 4º: O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Alternativa: B.

11. Unesc / Prefeitura de Maracajá - SC / 2022 - Todas as alternativas apresentam atividades típicas de um Agente de Combate de Endemias, segundo a Lei nº 11.350/2006, EXCETO:

A Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde.

B Mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

C Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças.

D A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade.

Comentários

O único erro está na última alternativa.

A administração de medicação de paciente em caso de vulnerabilidade está dentro do rol de atividades do ACS, tendo este concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são ATIVIDADES DO AGENTE, em sua área geográfica de atuação, ASSISTIDAS POR profissional de saúde de nível superior.

Alternativa: D.



12. AMEOSC / Prefeitura de Iporã do Oeste - SC / 2022 - De acordo com a Lei nº 11.350/2006, marque alternativa que apresenta uma atividade típica de qualquer Agente Comunitário de Saúde em sua área geográfica de atuação:

- A Utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural.
- B A medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar.
- C A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar.
- D Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças.

Comentários

A Certa. As atividades típicas estão no Art. 3º § 3º.

B e C Erradas. Tais atividades são do ACS DESDE QUE tenha concluído curso técnico, tenha disponíveis os equipamentos adequados e sejam assistidos por profissional de saúde de nível superior.

D Errada. É atividade típica do ACE.

Alternativa: A.

13. FUNCERN / Prefeitura de Maxaranguape - RN / 2022 - As atividades do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias são regidas pela Lei Nº 13.595/2018 que altera a Lei Nº 11.350/ 2006. Nas referidas leis, considera-se atividade típica do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação, a

- A registro das informações referente às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS.
- B realização do acompanhamento de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- C realização de visitas domiciliares para acolhimento e acompanhamento da lactante, nos seis meses seguintes ao parto.
- D utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural.

Comentários

A Certa. Conforme Art. 4º § 1º.

B, C e D Erradas. São atividades típicas do ACS, e não do ACE, conforme Art. 3º § 3º

Alternativa: A.



14. AMEOSC / Prefeitura de São João do Oeste - SC / 2022 - No que diz respeito à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I.A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade.

II.A participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

III.O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde.

É CORRETO o que se afirma em:

A II e III, apenas.

B I e III, apenas.

C I, II e III.

D I e II, apenas.

Comentários

Esta questão é um resumo e todas estão corretas, ou seja, de acordo com o Art. 3º § 3º.

Alternativa: C.

15. AMEOSC / Prefeitura de Princesa - SC / 2022 - A respeito da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, analise as afirmativas a seguir e identifique as corretas:

I.As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

II.O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

III.O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde.

É CORRETO o que se afirma em:

A II e III, apenas.

B I e II, apenas.

C I e III, apenas.



D I, II e III.

Comentários

I - Certa. A Lei nº 11.350/2006 regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição:

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

II - Certa. Cópia literal do Art. 2º.

III - Certa. Cópia literal do Art. 3º.

Alternativa: D.

16. REIS & REIS / Prefeitura de Potim - SP P/ 2022 - Segundo a Lei nº 11.350/2006 é considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I – no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II – na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

III – na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

IV – na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores epidemiológicos, interfiram no curso de doenças ou tenham importância sanitária;

Marque a alternativa correta:

A Apenas as afirmativas, I, II e III estão corretas.

B Apenas as afirmativas, II, III e IV estão corretas.

C Apenas as afirmativas, I, II e IV estão corretas.

D Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários



Conforme o Art. 4º § 2º É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações; *(alternativa I: certa)*

II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes; *(alternativa II: certa)*

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde. *(alternativa III: certa)*

Já o *item IV*, se fez confusão com as atribuições do ACS, conforme o Art. 4º-A. IV, portanto, está *errada*.

Alternativa: A.

17. CS-UFG / Prefeitura de Diorama - GO / 2023 - De acordo com a Lei nº 13.595/2018, no modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas, dentre outras, atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a

A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, e a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência quando necessário.

B utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural e a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério.

C orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade e a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico.



D verificação de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência e a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares.

Comentários

A, C e D. Erradas. Estes procedimentos constam no Art. 3º § 4º como atividade do ACS, mas condicionado à conclusão de curso técnico, disponibilidade de equipamentos adequados e supervisão por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe.

B Certa. Conforme Art. 3º § 3º

Alternativa: B.

18. OBJETIVA / Prefeitura de Arroio do Padre - RS / 2022 - Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sobre as equipes de saúde, analisar os itens abaixo:

I. Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 300 pessoas por ACS.

II. O número de agente comunitário de saúde por equipe deverá ser definido de acordo com base populacional, critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local.

A Os itens I e II estão corretos.

B Somente o item I está correto.

C Somente o item II está correto.

D Os itens I e II estão incorretos.

Comentários

Apenas a I está errada. O número de ACS deve ser suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um máximo de 750 pessoas por ACS.

Alternativa: C.

19. FUNCERN / Prefeitura de Maxaranguape - RN / 2022 - Segundo a Portaria Nº 2.436/2017, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), o Agente Comunitário de Endemias (ACE) deve fazer parte de uma equipe de Atenção Básica (eAB) ou equipe de Saúde da Família (eSF). De acordo com a PNAB, uma das atribuições do ACE é

A utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade.



B realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território.

C estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe.

D identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe.

Comentários

São atividades do aCE:

I - Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças;

II - Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças, incluindo, dentre outros, o recenseamento de animais e levantamento de índice amostral tecnicamente indicado;

III - Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

IV - Realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território; e

V - Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; e

VI - Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

Alternativa: B.

20. CEV-URCA / Prefeitura de Crato - CE / 2021 - A Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006, com alteração pela Lei nº 13.708 de 04/08/2018 prevê que os Agentes de Combate às Endemias frequentem cursos de aperfeiçoamento que deverão ser organizados e financiados, de modo tripartite pela União, Estados e Municípios:

A A cada 3 (três) anos.

B A cada 4 (quatro) anos.

C Uma vez a cada ano.

D Duas vezes por ano.

E A cada 2 (dois) anos.



Comentários

Conforme o artigo quinto, § 2º A cada 2 (dois) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

Alternativa: E.

21. AMEOSC / Prefeitura de São José do Cedro - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

A É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família.

B Educação Popular em Saúde são as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção somente da saúde individual, mas não da saúde coletiva.

C A participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico é uma atividade exclusiva dos Agentes Comunitários de Saúde.

D A aferição da pressão arterial durante a visita domiciliar e encaminhamento do paciente para a unidade de saúde de referência é uma atividade que pode ser executada por qualquer Agente Comunitário de Saúde.

Comentários

A Certa. Conforme Art. 1, § 1º

B Errada. O final é que precisa de correção: [...] a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.

C Errada. Esta atividade é do Agente Comunitário de Saúde, mas compartilhada com os demais membros da equipe.

D Errada. Existem algumas condições: conclusão do curso técnico, disponibilidade de equipamentos adequados e estejam assistidos por profissional de saúde de nível superior.

Alternativa: A.

22. AMEOSC / Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

A O Agente Comunitário de Saúde mesmo tenha concluído curso técnico, nunca poderá realizar a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar.



B É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família.

C A realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças é uma atividade exclusiva do Agente Comunitário de Saúde.

D A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério é uma atividade exclusiva dos enfermeiros.

Comentários

A Errada. Basta cumprir alguns requisitos: conclusão do curso técnico, disponibilidade de equipamentos adequados e estejam assistidos por profissional de saúde de nível superior.

B Certa. Conforme Art. 1, § 1º.

C Errada. É atividade típica do ACE, conforme Art. 4º .

D Errada. É atividade típicas do Agente Comunitário de Saúde, junto à equipe multidisciplinar, Art. 3º.

Alternativa: B.

23. AMEOSC / Prefeitura de Princesa - SC / 2021 - Em relação a Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006, assinale a alternativa INCORRETA.

A No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

B É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

C O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde.

D O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e sob supervisão do SUS.

Comentários

O erro está na última assertiva:



Art. 4º: O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Alternativa: D.

24. GUALIMP / Prefeitura de Guarapari - ES / 2021 - De acordo com a Lei Nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018 que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias:

- A Deverão frequentar cursos bienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.
- B Deverão frequentar cursos anuais de educação continuada e de aperfeiçoamento.
- C Deverão frequentar cursos trienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.
- D Não precisarão frequentar cursos de educação continuada e de aperfeiçoamento.

Comentários

Art. 4B - § 2º A cada 2 anos, os ACS e ACE frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

Alternativa: A.

25. AMEOSC / Prefeitura de São José do Cedro - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/ 2006, marque (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as falsas:

() O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde.

() Entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção da saúde, mas nunca da recuperação da saúde. Assim deve-se estimular o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção exclusivamente da saúde coletiva.

() No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas.

A sequência CORRETA dos itens acima é:



A F, V, F.

B V, F, F.

C F, F, V.

D V, F, V.

Comentários

V - Art. 3º.

F - Entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde.

V - Art. 3º § 2º .

Alternativa: D.

26. Asconprev / Prefeitura de Moreilândia - PE / 2020 - De acordo com a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, é considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação do profissional, exceto:

A Na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública.

B Na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes.

C No planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizada pelo Ministério da Saúde.

D Rotineiramente, na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública.

E Na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município.

Comentários

Correção na Letra D, em:

Art. 4 § 2º É considerada atividade dos ACE assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:



Item V: execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, [e não rotineiro] e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

Alternativa: D.

27. Asconprev / Prefeitura de Moreilândia - PE / 2020 - A Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, discorre sobre os requisitos necessários para o exercício da atividade dos Agentes de Combate às Endemias. Julgue os itens a seguir:

I- Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas.

II- Ter concluído o ensino médio.

III- Quando não houver candidato inscrito que tenha concluído o ensino médio, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

Assinale a alternativa correta:

A Todas as alternativas estão corretas.

B Apenas as alternativas I e II estão corretas.

C Apenas as alternativas I e III estão corretas.

D Apenas as alternativas II e III estão corretas.

E Todas as alternativas estão incorretas.

Comentários

Cópia do Art. 6º, ou seja, totalmente coerente quanto às condições do cargo de ACS.

Alternativa: A.

28. FADESP / Prefeitura de Curuá - PA / 2020 - Marcos, Agente de Combate às Endemias, realizava suas atividades com responsabilidade e zelo na unidade básica de saúde e a coordenadora da atenção básica do município propôs, em reunião com a equipe, que ele participasse da coordenação das ações de vigilância epidemiológica e ambiental. Na ocasião, um membro esclareceu que, conforme a Lei nº 11.350, de 05/10/2006, o Marcos poderia participar, caso possuísse

A especialização em epidemiologia.

B ensino médio completo.



- C capacitação em meio ambiente.
- D treinamento adequado.

Comentários

Conforme Art. 4, § 3º O ACE poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

Alternativa: D.

29. FCM / Prefeitura de Bela Vista de Minas - MG / 2021 - Segundo o Art. 4º da Lei Federal nº 13.595, de 05 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as atividades integradas entre o agente de combate às endemias e o agente comunitário de saúde, é incorreto afirmar que esses profissionais devem

- A realizar diagnóstico e propor tratamento de doenças de zoonoses.
- B orientar a comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores.
- C realizar campanhas ou mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e outros agravos.
- D realizar a programação e o desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde de forma articulada com as equipes de saúde da família.

Comentários

Erro apenas na primeira assertiva. Não tem a competência, segundo o cargo. Diagnóstico clínico é competência médica.

Alternativa: A

30. Instituto UniFil / Prefeitura de Luiziana - PR / 2020 - Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), "o processo de _____ deve ser considerado um meio operacional para o desenvolvimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população, permitindo aproximação para o entendimento dos problemas e necessidades de saúde do _____."

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- A territorialização / território
- B responsabilidade / indivíduo
- C gestão / povo
- D acolhimento / setor de saúde



Comentários

A territorialização e a definição do território como responsabilidade de cada equipe estão entre as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). O processo de territorialização deve ser considerado um meio operacional para o desenvolvimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população, permitindo aproximação para o entendimento dos problemas e necessidades de saúde do território.

Alternativa: A.

GABARITO

1. B	11. D	21. A
2. D	12. A	22. B
3. C	13. A	23. D
4. D	14. C	24. A
5. A	15. D	25. D
6. A	16. A	26. D
7. D	17. B	27. A
8. ERRADA	18. C	28. D
9. A	19. B	29. A
10. B	20. E	30. A

LISTA DE QUESTÕES

1. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - Sobre a Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA.

A Não compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do Agente de Combate às Endemias a definição do número de imóveis a serem fiscalizados pelo Agente.

B Os Agentes de Combate às Endemias deverão frequentar cursos de aperfeiçoamento a cada 2 (dois) anos.

C Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias não são considerados profissionais de saúde.

D Não é necessário que o Agente de Combate às Endemias tenha concluído do ensino fundamental para o exercício da atividade.



2. AMEOSC /Prefeitura de São João do Oeste - SC / 2023 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

- A Agentes de Combate às Endemias não podem ser considerados profissionais de saúde.
- B Não é obrigatória a presença de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.
- C O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças, mas nunca o de promoção da saúde.
- D A realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças é considerada uma atividade típica do Agente de Combate às Endemias.

3. FUNDATEC / Prefeitura de Nova Santa Rita - RS / 2023 - Em 2018, a Lei Federal nº 13.595/2018 definiu algumas ações a serem desenvolvidas de forma integrada entre os Agentes de Combate às Endemias (ACE) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () ACE e ACS devem orientar a comunidade na adoção de medidas de manejo ambiental no sentido de prevenir doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos.
- () ACE e ACS devem fazer buscas ativas às gestantes faltantes em consultas de pré-natal.
- () ACE e ACS devem participar de campanhas ou mutirões de combate às doenças infecciosas.
- () ACE e ACS devem identificar e comunicar à unidade de saúde de referência, situações que interfiram no curso de doenças ou que tenham importância epidemiológica, e que se relacionam com fatores ambientais.
- () ACE e ACS não devem atuar como agentes de mobilização social por meio da educação popular.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A V – V – V – F – V.
- B F – V – F – V – V.
- C V – F – V – V – F.
- D F – F – F – F – F.
- E V – V – F – V – F.



4. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - De acordo com Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa que apresenta uma atribuição do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação.

A A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade.

B A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento de situações de risco à família.

C A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência.

D Cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças.

5. AMEOSC / Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC / 2023 - No que se refere a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, previsto na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, assinale a alternativa CORRETA.

A Deverá ser precedida de processo seletivo público, seja por meio de provas ou provas e títulos, deve ser realizado levando em consideração a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

B Deverá ser precedida através de indicações levando em consideração a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

C Deverá ser precedida de processo seletivo público em conformidade com os princípios de legalidade, pessoalidade, imoralidade, publicidade e eficiência.

D Deverá ser precedida de processo seletivo privado, por meio de indicação, deve ser realizado levando em consideração apenas os requisitos específicos necessários para o exercício das atividades.

6. FADESP / Prefeitura de Cametá - PA / 2023 - A lei que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde é a:

A 13.595, de 5 de janeiro de 2018.

B 14.536, de 20 de janeiro de 2023.

C 8.474, de 22 de junho de 2015.

D 3.241, de 7 de dezembro de 2020.



7. MARANATHA Assessoria / Prefeitura de Farol - PR / 2023 - Qual as atribuições específicas dos agentes de combate a endemias de acordo com o Art. 3º da Lei Federal nº 13.595 de 5 de janeiro de 2018?

- A Cadastramento demográfico, orientações a comunidade.
- B Mapeamento demográfico, orientação a comunidade.
- C Visitas domiciliares a família, com cadastro no PEC.
- D Desenvolver ações educativas, realizar ações de prevenção, cadastrar e atualizar e atualizar base de imóveis entre outros.

8. CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2022 - Com base na legislação federal que regulamenta o exercício profissional dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), julgue o próximo item.

Embora desejável, é facultativa a presença de ACE na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

9. CONSULPAM / Prefeitura de Irauçuba - CE / 2022 - Sobre o exercício das atividades do Agente de Combate às Endemias, nos termos da lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006, e suas atualizações, é CORRETO afirmar:

- A Incumbe aos Agentes de Combate às Endemias desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas na lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006.
- B As atividades dos Agentes de Combate às Endemias se darão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e em instituições privadas.
- C Os Agentes de Combate às Endemias realizam suas atividades mediante vínculo indireto com o órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.
- D É essencial e obrigatória a presença de Agentes de Combate às Endemias na estrutura da Estratégia Saúde da Família (ESF).

10. CONSULPAM / Prefeitura de Irauçuba - CE / 2022 - Segundo a lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006, e suas atualizações, o Agente de Combate às Endemias tem como atribuições:

- A O exercício de atividades de vigilância, tratamento e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da agência nacional de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.
- B O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do sistema único de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.



C O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do sistema único de saúde e sob supervisão do gestor da união.

D O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da agência nacional de saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

11. Unesc / Prefeitura de Maracajá - SC / 2022 - Todas as alternativas apresentam atividades típicas de um Agente de Combate de Endemias, segundo a Lei nº 11.350/2006, EXCETO:

A Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde.

B Mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

C Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças.

D A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade.

12. AMEOSC / Prefeitura de Iporã do Oeste - SC / 2022 - De acordo com a Lei nº 11.350/2006, marque alternativa que apresenta uma atividade típica de qualquer Agente Comunitário de Saúde em sua área geográfica de atuação:

A Utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural.

B A medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar.

C A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar.

D Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças.

13. FUNCERN / Prefeitura de Maxaranguape - RN / 2022 - As atividades do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias são regidas pela Lei Nº 13.595/2018 que altera a Lei Nº 11.350/ 2006. Nas referidas leis, considera-se atividade típica do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação, a

A registro das informações referente às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS.



- B realização do acompanhamento de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- C realização de visitas domiciliares para acolhimento e acompanhamento da lactante, nos seis meses seguintes ao parto.
- D utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural.

14. AMEOSC / Prefeitura de São João do Oeste - SC / 2022 - No que diz respeito à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

- I.A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade.
- II.A participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.
- III.O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde.

É CORRETO o que se afirma em:

- A II e III, apenas.
- B I e III, apenas.
- C I, II e III.
- D I e II, apenas.

15. AMEOSC / Prefeitura de Princesa - SC / 2022 - A respeito da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, analise as afirmativas a seguir e identifique as corretas:

- I.As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.
- II.O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.
- III.O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde.

É CORRETO o que se afirma em:

- A II e III, apenas.



B I e II, apenas.

C I e III, apenas.

D I, II e III.

16. REIS & REIS / Prefeitura de Potim - SP P/ 2022 - Segundo a Lei nº 11.350/2006 é considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I – no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II – na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

III – na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

IV – na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores epidemiológicos, interfiram no curso de doenças ou tenham importância sanitária;

Marque a alternativa correta:

A Apenas as afirmativas, I, II e III estão corretas.

B Apenas as afirmativas, II, III e IV estão corretas.

C Apenas as afirmativas, I, II e IV estão corretas.

D Todas as afirmativas estão corretas.

17. CS-UFG / Prefeitura de Diorama - GO / 2023 - De acordo com a Lei nº 13.595/2018, no modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas, dentre outras, atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a

A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, e a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência quando necessário.



B utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural e a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério.

C orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade e a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico.

D verificação de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência e a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares.

18. OBJETIVA / Prefeitura de Arroio do Padre - RS / 2022 - Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sobre as equipes de saúde, analisar os itens abaixo:

I. Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 300 pessoas por ACS.

II. O número de agente comunitário de saúde por equipe deverá ser definido de acordo com base populacional, critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local.

A Os itens I e II estão corretos.

B Somente o item I está correto.

C Somente o item II está correto.

D Os itens I e II estão incorretos.

19. FUNCERN / Prefeitura de Maxaranguape - RN / 2022 - Segundo a Portaria Nº 2.436/2017, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), o Agente Comunitário de Endemias (ACE) deve fazer parte de uma equipe de Atenção Básica (eAB) ou equipe de Saúde da Família (eSF). De acordo com a PNAB, uma das atribuições do ACE é

A utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade.

B realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território.

C estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe.

D identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe.



20. CEV-URCA / Prefeitura de Crato - CE / 2021 - A Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006, com alteração pela Lei nº 13.708 de 04/08/2018 prevê que os Agentes de Combate às Endemias frequentem cursos de aperfeiçoamento que deverão ser organizados e financiados, de modo tripartite pela União, Estados e Municípios:

- A A cada 3 (três) anos.
- B A cada 4 (quatro) anos.
- C Uma vez a cada ano.
- D Duas vezes por ano.
- E A cada 2 (dois) anos.

21. AMEOSC / Prefeitura de São José do Cedro - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

- A É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família.
- B Educação Popular em Saúde são as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção somente da saúde individual, mas não da saúde coletiva.
- C A participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico é uma atividade exclusiva dos Agentes Comunitários de Saúde.
- D A aferição da pressão arterial durante a visita domiciliar e encaminhamento do paciente para a unidade de saúde de referência é uma atividade que pode ser executada por qualquer Agente Comunitário de Saúde.

22. AMEOSC / Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/2006, marque a alternativa CORRETA:

- A O Agente Comunitário de Saúde mesmo tenha concluído curso técnico, nunca poderá realizar a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar.
- B É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família.
- C A realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças é uma atividade exclusiva do Agente Comunitário de Saúde.
- D A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério é uma atividade exclusiva dos enfermeiros.



23. AMEOSC / Prefeitura de Princesa - SC / 2021 - Em relação a Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

B É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

C O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde.

D O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e sob supervisão do SUS.

24. GUALIMP / Prefeitura de Guarapari - ES / 2021 - De acordo com a Lei Nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018 que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias:

A Deverão frequentar cursos bienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.

B Deverão frequentar cursos anuais de educação continuada e de aperfeiçoamento.

C Deverão frequentar cursos trienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.

D Não precisarão frequentar cursos de educação continuada e de aperfeiçoamento.

25. AMEOSC / Prefeitura de São José do Cedro - SC / 2021 - Acerca da Lei nº 11.350/ 2006, marque (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as falsas:

() O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde.



() Entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção da saúde, mas nunca da recuperação da saúde. Assim deve-se estimular o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção exclusivamente da saúde coletiva.

() No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas.

A sequência CORRETA dos itens acima é:

A F, V, F.

B V, F, F.

C F, F, V.

D V, F, V.

26. Asconprev / Prefeitura de Moreilândia - PE / 2020 - De acordo com a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, é considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação do profissional, exceto:

A Na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública.

B Na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes.

C No planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizada pelo Ministério da Saúde.

D Rotineiramente, na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública.

E Na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município.

27. Asconprev / Prefeitura de Moreilândia - PE / 2020 - A Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, discorre sobre os requisitos necessários para o exercício da atividade dos Agentes de Combate às Endemias. Julgue os itens a seguir:



I- Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas.

II- Ter concluído o ensino médio.

III- Quando não houver candidato inscrito que tenha concluído o ensino médio, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

Assinale a alternativa correta:

A Todas as alternativas estão corretas.

B Apenas as alternativas I e II estão corretas.

C Apenas as alternativas I e III estão corretas.

D Apenas as alternativas II e III estão corretas.

E Todas as alternativas estão incorretas.

28. FADESP / Prefeitura de Curuá - PA / 2020 - Marcos, Agente de Combate às Endemias, realizava suas atividades com responsabilidade e zelo na unidade básica de saúde e a coordenadora da atenção básica do município propôs, em reunião com a equipe, que ele participasse da coordenação das ações de vigilância epidemiológica e ambiental. Na ocasião, um membro esclareceu que, conforme a Lei nº 11.350, de 05/10/2006, o Marcos poderia participar, caso possuísse

A especialização em epidemiologia.

B ensino médio completo.

C capacitação em meio ambiente.

D treinamento adequado.

29. FCM / Prefeitura de Bela Vista de Minas - MG / 2021 - Segundo o Art. 4º da Lei Federal nº 13.595, de 05 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as atividades integradas entre o agente de combate às endemias e o agente comunitário de saúde, é **incorreto** afirmar que esses profissionais devem

A realizar diagnóstico e propor tratamento de doenças de zoonoses.

B orientar a comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores.



C realizar campanhas ou mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e outros agravos.

D realizar a programação e o desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde de forma articulada com as equipes de saúde da família.

30. Instituto UniFil / Prefeitura de Luiziana - PR / 2020 - Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), "o processo de _____ deve ser considerado um meio operacional para o desenvolvimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população, permitindo aproximação para o entendimento dos problemas e necessidades de saúde do _____."

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

A territorialização / território

B responsabilidade / indivíduo

C gestão / povo

D acolhimento / setor de saúde

RESUMO

De tudo que vimos (*tudo importante!*), quero dar ênfase às funções do ACS e ACE, porque é o que mais é prevalente nas questões:

PERTINENTE ao ACS e ACE

Atuação *exclusiva no SUS*

Dever de desempenhar com *zelo e presteza* as atividades.

Atividades de *prevenção de doenças e de promoção da saúde*, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

Orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos.

Atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família.



Identificação e encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

Realização de *campanhas ou de mutirões* para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

Realização de *cursos de aperfeiçoamento* a cada 2 anos..

ATIVIDADES DO ACS - *Essencial e obrigatório na ESF.*

ATIVIDADES TÍPICAS

- * uso de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural
- * detalhamento das visitas domiciliares
- * mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas
- * visitas domiciliares para:

1. acolhimento e acompanhamento para: gestante, lactante, criança, adolescente, idoso, pessoa com sofrimento psíquico, pessoa com dependência química, pessoas com sinais de alteração na cavidade bucal, grupos de homossexuais e transexuais, da mulher e do homem.

2. identificação e acompanhamento: situações de risco / vulnerabilidade / estado vacinal da gestação.

- * acompanhamento de condicionalidades de programas sociais em parceria com o CRAS.

ATIVIDADES CONDICIONADAS E ASSISTIDAS

Atividade do ACS, desde que:

- 1. tenha concluído curso técnico,*
- 2. tenha disponíveis os equipamentos adequados e*

ATIVIDADES COMPARTILHADAS COM A EQUIPE

I - a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;

II - a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

IV - a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

V - a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;

VI - o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;

VII - o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.



3. *esteja sob supervisão de profissional de nível superior, membro da equipe:*

I - a aferição da pressão arterial, em caráter excepcional.

II - a medição de glicemia capilar, em caráter excepcional.

III - a aferição de temperatura axilar, em caráter excepcional.

IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V - a verificação antropométrica.

ATIVIDADES DO ACE - *Essencial e obrigatório na vigilância epidemiológica e ambiental.*

ATIVIDADES TÍPICAS

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade;

II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde;

III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde;

IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

VI - cadastramento e atualização da base de imóveis;

VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental;

VIII - execução de ações de campo;

IX - registro das informações referentes às atividades executadas;

ATIVIDADES ASSISTIDAS

I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública;

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais.



X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças; XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente.	
--	--

REQUISITOS PARA ATUAÇÃO	
ACS → residir na área da comunidade em que atuar, → conclusão de curso de formação de 40h → conclusão do ensino médio.	ACE → conclusão de curso de formação de 40h → conclusão do ensino médio.
Em ambas as situações: <i>Ensino fundamental é apenas se não houver candidato inscrito com a formação desejada, mas precisa fazer o Ensino Médio em até 3 anos.</i>	

Uma excelente prova para você!

Te espero no meu Instagram: @enfermagemesus e no do Estratégia, também: @estrategia.saude



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.